

Resenha

**UMA RESENHA DO QUE AINDA NÃO FOI PUBLICADO:
Políticas Públicas para inclusão escolar: desafios e perspectivas no município de Franca-SP**

VITTA, Mariana Canavezi de. **Políticas públicas para inclusão escolar: desafios e perspectivas no município de Franca-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

Review

**A REVIEW OF WHAT HASN'T BEEN PUBLISHED YET:
Public Policies to school inclusion: challenges and perspectives in Franca-SP**

VITTA, Mariana Canavezi de. **Public politics for educational inclusion: challenges and perspectives in the city of Franca-SP**. 2011. Dissertation (Master - Social Services) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2011.

Iris Fenner Bertani¹

<http://lattes.cnpq.br/5996564050509324>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)    

Recentemente, tive a oportunidade de participar de uma banca de mestrado² primorosa: texto bem escrito, bem fundamentado e equilibrando-se entre sabedoria e realidade. Tratava da inclusão escolar de crianças deficientes do ensino fundamental na cidade de Franca. A despeito de serem regionalizadas, algumas reflexões mais extensas podem ser extraídas da leitura do trabalho. O texto inicia com a transcrição de um incrível diálogo da mestranda com um colega professor, que ao reprovar um aluno por faltas, descobre que ele não respondia a chamada por que era surdo; mas que sempre estivera presente nas aulas e tinha passado despercebido. O impacto dessa fala vai sendo esclarecido e problematizado no decorrer da dissertação.

Trata-se da difícil e delicada situação de segregar ou não os deficientes em ambiente apropriado. Volta-se a rever o paradigma da *institucionalização*, que vem a

¹ Docente do programa de graduação e pós-graduação em Serviço Social – UNESP/Franca.

² Dissertação - Mestrado em Serviço Social de autoria de Mariana Canavezi de Vitta, sob orientação da Prof^a. Dra. Célia Maria David, FCHS, UNESP – Campus de Franca. Defendida e aprovada na data de 06/06/2011.

ser a segregação dos deficientes para fora do lugar reservado aos assim chamados “normais”, ou pelo menos capazes de produção intelectual ajustada a um parâmetro mínimo satisfatório. O nível que os americanos chamam de *Simpsons level*, referindo-se a um popular desenho animado sobre uma família média em todos os sentidos e, portanto, absolutamente “igual” aos seus pares, num ambiente de mediocridade e regularidade continuada.

As dificuldades iniciam como um cristal, no uso do próprio termo para denominar essas crianças, “educandos com necessidades especiais”, “educandos com deficiência”, “deficientes mentais”, “deficientes visuais”, “crianças especiais”. Evidencia-se que a dificuldade de lidar com a questão já começam na dificuldade de se referir a essas crianças; na base dessa dificuldade, não estaria um preconceito?

A questão da inserção vem sendo apresentada como o oposto contrastante da institucionalização. Questão delicada, a ser pensada. Principalmente se ouvirmos os professores que se declaram sobrecarregados, salas cheias, alunos que precisam ser cativados para a beleza do conhecimento por meio da dura estrada do aprendizado. E no meio deles, como um cacto no meio das flores, um aluno com “necessidades especiais”.

Para que os que as crianças conhecidas como normais vão à escola? Qual o objetivo nos dias de hoje dos pais que enviam seus filhos as escolas? Certamente em primeiro lugar por que é direito deles, o acesso aos benefícios da civilização. Mas outra razão move esses pais ao impulsionarem seus filhos: obter um diferencial no mercado de trabalho, cada vez mais exigente de mão de obra especializada e preparada. Destaque-se a citação na página 24, da fala de Romanelli, da educação como fator de desenvolvimento econômico do país. Acrescento: e objeto de ascensão social para as classes mais vulnerabilizadas. Por isso não podem esperar, e o sistema capitalista neoliberal é cada vez mais exigente e tem pressa de descartar os mais envelhecidos, substituindo-os por jovens audazes e até impiedosos, cujo objetivo em relação a educação é obter um diferencial de mercado. Põem-se aqui a dificuldade da contradição entre a estrutura econômica vigente e os valores humanos apregoados como passíveis de trazerem paz e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Para obter isso se procuram cada vez mais livros de auto-ajuda, práticas de terapias alternativas, devoção religiosa exacerbada, trabalhos voluntários paliativos. Limpa-se a superfície para poder perpetuar as

profundezas do capitalismo. Todos querem ser burgueses, nem que tenham que passar por cima do tão decantado “próximo”.

A tecnologia voa e os alunos ficam estagnados por que no meio deles há o infortúnio de ter um colega que atrasa o andamento das aulas, pelo simples motivo de que tem um tempo diferente parara absorver os conteúdos. Pais e alunos reclamam e os professores se desesperam. Apesar de a legislação garantir o direito à inclusão, observa-se o já histórico afastamento do Estado nessa área. Coloca-se um dilema simples: se o poder público não investe na educação, esta situação deve se realizar completamente no colo do professor, que tem que dar um jeito nesta situação. A própria sistemática da progressão continuada de ensino, implantada de cima para baixo já levanta incríveis problemas em sala de aula, imagina-se ainda com alunos deficientes na mesma sala. Não se fez até aqui qualquer referência ao despreparo do professor, sem contar de que necessitam não só recursos pedagógicos e metodologia diferenciada, e que esta seria ainda uma visão estática da educação. Mesmo por que hoje, necessidades especiais não se referem a um segmento da população, mas a todos, se considerarmos que os sobreviventes se tornarão idosos e carentes de atenção diferenciada. Haja vista que a própria legislação de saúde, edificada pelas Leis n. 8080 e n. 8142, diante da necessidade de ser implementada, apresentou aos municípios o Pacto pela Saúde, em que a autora descreve na página 51 como primeira prioridade a saúde das pessoas idosas. Necessitam cuidados especiais. Todos que não vierem a falecer antes, os sobreviventes.

O estudo realizado pela mestranda esclarece (p. 25) que no “[...] início do sec. XX, e até bem recentemente, o atendimento a deficientes se dava em classes anexas a hospitais psiquiátricos.” Basta lembrar que nos anos de 1970, em Hospital Psiquiátrico era possível assistir a internação de jovem com Síndrome de Down; sem saber como lidar com sua dificuldade de comunicação e expressar “adequadamente” seus sentimentos, batia a cabeça na parede até sangrar. Era sedado, então, para evitar que se machucasse. Boas intenções, completa ignorância. Hoje a idéia de estimulação precoce nem é mais discutida, é um fato. Começou pequena e se instalou. Assim como se espera da educação inclusiva.

Mas, a idéia da deficiência como doença era comum ainda nos anos 1980-90, e mais do que isso, era vista como doença contagiosa, (quem sabe um tipo de lepra?): mães de crianças talvez normais puxavam seus filhos para evitar o contato

no Supermercado e parquinhos (cuidado, ele é doente!). Cravavam assim uma profunda dor nos corações destas crianças, que desejavam ardentemente serem vistos, acima de tudo, como crianças. Aliás, ainda persiste neste século XXI esta mentalidade fundada na mediocridade. Referem-se aos deficientes como “doentes”, apesar dos avanços e mudança cultural forte que se deu a partir dos movimentos sociais na área da educação e evolução dos costumes provocados e continuados pela pressão dos organismos internacionais e manifestações populares (observe-se na p. 48).

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o movimento de inclusão é irreversível, e como a mestrandia se referiu em sua pesquisa, o ensino e os padrões educativos estão em crise. E, “[...] se existe crise é por que o modelo até agora utilizado não satisfaz mais.” (p. 53).

Esta realidade de insatisfação com os padrões vigentes transbordou até mesmo na Carta Magna do País. A Constituição de 1988, inexplicavelmente “cidadã”, apesar dos pesares, trouxe a questão da educação como *absoluta prioridade*, da mesma forma fala que *a saúde é direito de todos e dever de Estado*, na complexidade da aplicação de suas diretrizes e princípios. Essa contextualização passa pelas incoerências intrínsecas do próprio sistema capitalista quando coloca juntas as políticas públicas e a estrutura

Enquanto isso, as professoras são responsabilizadas pelo nível e qualidade do aprendizado e socialização do alunado, à custa do comprometimento da sua própria saúde, o que se constata pelo elevado número de afastamentos por licença médica que se observa atualmente. Os profissionais da saúde são igualmente penalizados por não espalharem a cura dos males e a prevenção definitiva das doenças.

Cabe aqui a referência da página 56 à problematização de Mantoan, teórica intelectual avançada, que se refere aos encaminhamentos para apoio especializado no processo de inclusão como “válvula de escape” para os sistemas educacionais. Novamente a questão torna-se delicada, pois muitos problemas e desafios se observam na prática da sala de aula. Vê-se o professor com um aluno cuja falta de compreensão, ou até mesmo a falta do sentido da audição para responder a chamada, como apresentado na fala inicial?

O estudo se detém no esforço que vem sendo realizado neste sentido no Município de Franca e descreve a legislação definida como Lei Orgânica Municipal.

Surpreende a análise original e séria sobre o nível de esforço municipal de atender a comunidade, e os desafios e dificuldades que a própria Secretaria encontra para cumprir a alternativa de inclusão das crianças que apresentam diagnóstico clínico de deficiência. Não a todas, mas as diagnosticadas, pela dificuldade dos pais aceitarem que seu filho tem dificuldades reais de aprendizado e comportamento na sala de aula, desde controle esfinteriano ou até capacidade de participar minimamente do conteúdo pedagógico ministrado.

A dissertação finaliza com a consideração que a educação em Franca melhorou. Esta observação é importante por que resulta de um mergulho profundo na questão e demonstra como causa o direcionamento adotado. Ao se tornar claramente delimitado o objetivo, ampliou sua ação, o que no passado não acontecia devido às medidas esporádicas e campanhistas. É certo que as políticas públicas de educação ainda têm um longo caminho a percorrer, mas são melhores agora, com possibilidades de mudança social e ressignificação cultural. Destaque-se que o relato das mães fecha com muita propriedade o trabalho que vem sendo feito no município: a percepção da deficiência no filho apesar de ter levantado muitas dores e resistências, passou a ser olhada de frente pela família, que se sente capacitada a auxiliar seu filho, junto com as professoras da escola. Esta é, portanto, uma conquista de muitas faces. Como a autora diz, “os caminhos já estão traçados” no processo definição da inclusão escolar.

Espera-se, portanto, que a publicação da obra seja breve para que todos tenham a oportunidade de conhecê-la e partilhar da marcha sugerida pela autora.